

**REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO N° \_\_\_\_\_, DE 2013.**  
**(Do Sr. Reinaldo Azambuja)**

Requer informações ao Senhor José Eduardo Martins Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, sobre a identificação e delimitação da terra indígena Iguatemiipegua I, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal e nos arts. 24, inciso V e § 2º, e 115, inciso I, do Regimento Interno, solicito a V. Exa. sejam requeridas ao Senhor José Eduardo Martins Cardozo, Ministro de Estado da Justiça, as seguintes informações:

1. Quais foram os critérios e procedimentos considerados na elaboração do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Iguatemiipegua I, ocupada pelo grupo indígena Kaiowá, localizada no município de Iguatemi, Estado do Mato Grosso do sul, aprovado pela Presidente da FUNAI, em 7 de janeiro de 2013 ?
2. Como os serviços de delimitação e identificação foram contratados e quais fundamentos foram utilizados?
3. Quais são os limites de competências da Fundação Nacional do Índio na demarcação de terras indígenas?
4. Solicitamos informações sobre o Processo nº 08620-82252/2012 – 03 que trata da Identificação e Delimitação da Terra Indígena Iguatemiipegua I, localizada no cone sul, do Estado de Mato Grosso do Sul, uma vez que o clima de tensão na região é grande com risco iminente de conflito. Quais as providências adotadas por parte da Funai e deste Ministério para que a situação seja resolvida com atendimento justo para as partes envolvidas – colonos e indígenas? A indenização dos serviços de colonização das terras e das benfeitorias construídas está prevista no referido processo? Em caso negativo, o

Poder Público adotará providências para a realocação das famílias para outras áreas a título de compensação das áreas delimitadas?

5. Solicitamos, por último, ao Senhor Ministro da Justiça que determine à FUNAI a disponibilização da relação dos processos com as respectivas áreas passíveis de demarcação de terras indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul com o objetivo de se garantir aos atos a maior transparência possível.

## **JUSTIFICAÇÃO**

Parece não haver mais limites para a ação da Fundação Nacional do Índio - FUNAI na demarcação de terras indígenas no Brasil.

Em 10 de julho de 2008, a FUNAI editou seis portarias visando à demarcação de terras indígenas em Mato Grosso do Sul. As portarias abrangem 26 municípios e dizem respeito a uma área potencial total de 12 milhões de hectares, correspondendo aproximadamente a um terço do território estadual. Em sua redação, as portarias não visam especificamente a uma propriedade ou área determinada, mas têm abrangência tal que qualquer propriedade poderia vir a ser atingida.

Há uma ameaça real que paira sobre toda essa região, criando uma insegurança jurídica prejudicial aos produtores, aos trabalhadores, aos investimentos e à própria autonomia do Estado de Mato Grosso do Sul.

A questão vem trazendo preocupação para os Prefeitos dos Municípios de Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Itaquiraí, Amambaí, Tacuru, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Juti e Aral Moreira da região localizada no sul do Estado de Mato Grosso do Sul onde vivem em torno de 214 mil habitantes e que poderão sofrer graves consequências com a forma de condução atinente às demarcações de terras indígenas na região.

Segundo afirmações dos referidos prefeitos a situação tem sido conduzida de forma não transparente o que provoca um ambiente de resultado imprevisível para a população local.

A seguir transcrevemos algumas matérias divulgadas pela mídia local que traduz a incerteza e o medo da população atingida.

O Jornal Douranews publicou, em 19/12/12, matéria intitulada “Incerteza e omissão do Governo amedrontam produtor rural”, como se segue:

**“Incerteza e omissão do Governo amedrontam produtor rural**  
Redação Douranews

*O produtor rural Esmalte Barbosa Chaves, de 74 anos, convive há nove anos com a invasão da propriedade que possui em Dourados. Os indígenas que por muitos anos permaneceram acampados à margem da estrada, vindos de aldeias das cidades de Amambai, Aral Moreira e Caarapó, entraram no espaço privado dele em fevereiro de 2004. “Eu estava fora e recebi uma ligação do Sindicato Rural me perguntando sobre o que acontecia naquela região. Não imaginei que fosse na minha terra, pois sempre ajudei os índios enquanto estavam à beira da estrada”, lamenta Chaves.*

*Junto com a família, “seo” Esmalte, como é chamado, foi até à fazenda Campo Belo, registrada no nome dele cerca de 30 anos, e constatou a realidade. “Naquela madrugada chuvosa eles formaram um leque. Colocaram crianças com pedaços de pau e mulheres na frente e vieram na direção da minha terra”, relembra o produtor. Quarenta hectares foram tomados por barracas de lona que passaram a abrigar o grupo indígena, das etnias Kaiowá e Guarani. A partir daí a rotina da família Chaves foi conviver com insegurança e debilitações físicas e emocionais. A mesma condição se estendeu aos produtores rurais vizinhos.*

*A idade avançada e as ameaças não impediram que o produtor reivindicasse uma terra que já era dele. “Não quero nada que não seja meu e espero que o trabalho realizado até hoje possa trazer algum benefício para meus cinco filhos, seis netos e cinco bisnetos”, afirmou. O produtor já cultivou soja, milho, aveia, feijão, trigo e sorgo na propriedade, dedicada atualmente ao cultivo de cana e criação de gado.*

*Na busca por garantir uma terra que legalmente é dele, localizada no Porto Cambira, Esmalte Chaves ganhou o reconhecimento de propriedade por parte da Justiça na primeira e segunda instância em oito anos de tramitação do processo. “Minha terra é documentada e sempre paguei meus impostos, inclusive durante os oito anos de invasão”, ressalta Chaves.*

*O advogado de defesa do produtor, Cícero Alves da Costa, demonstra confiança no processo que já passou pela Justiça Federal de Dourados, Tribunal Regional Federal e hoje segue no STF (Supremo Tribunal Federal). Os juízes declararam que o espaço invadido não é indígena e deferiram a reintegração em favor do proprietário, reconhecendo inclusive ser desnecessário laudo antropológico, por não existir nenhum processo administrativo que indique a possibilidade de que um dia aquela terra tenha sido considerada indígena. Apoiada pela Funai (Fundação Nacional do Índio), a ação dos indígenas foi considerada pelos juízes como “esbulho possessório”, ou seja, invasão violenta ou com ameaças a uma propriedade privada.*

*“A omissão do Governo em solucionar os problemas sociais que afetam as comunidades indígenas não pode ser utilizada como justificativa para o descumprimento da lei, da ordem e dos direitos individuais. A invasão é uma violência e não pode ser tolerada como forma de reivindicação”, enfatizou o assessor jurídico da Famasul (Federação da Agricultura e Pecuária de MS), Carlo Coldibelli.*

#### **Prejuízos**

*Nos oito anos de invasão, a maior ajuda veio dos vizinhos, que no auge da tensão estacionavam carros em pontos estratégicos para iluminar a casa da fazenda e evitar que ela fosse invadida também. “Era uma tortura psicológica violenta. Diariamente chegavam recados de que nos atacariam e colocariam fogo na propriedade”. A violência foi registrada pelo filho em boletim de ocorrência relatando as ameaças dos indígenas e as ações contra o rebanho. “Deixavam as porteiras abertas, cortavam nossas cercas, cortavam com foice alguns animais e matavam outros”.*

*Nádia Chaves, filha do produtor, diz que os prejuízos são incalculáveis. “Não envolve apenas o tempo que meu pai deixou de produzir”. Ela conta que cresceu vendo o pai cuidar da lavoura, mas depois da invasão o nervosismo e as ameaças*

*trouxeram danos irreversíveis, que resultaram em dois AVCs (Acidentes Vasculares Cerebrais), assepsemia e um mês em tratamento em uma UTI (Unidade de Terapia Intensiva) em hospital de Dourados. “Ele ainda ganhou de presente um infarto e um marca-passos no peito, tudo isso nos últimos oito anos”, relata a filha.*

*Nádia lamenta o desfecho da invasão. “A atitude do líder indígena nos espanta. Enquanto estavam à beira da estrada, chamava meu pai de compadre e tomavam tereré juntos. Levávamos carne, remédios e roupas para o grupo, uma assistência que o Governo deveria dar, mas nunca deu”, lembrou. A filha de produtor não acredita que os indígenas bancaram os gastos com a invasão. “Essa ação com certeza foi financiada por alguma ONG, porque os índios não tem dinheiro para o aluguel de cinco ônibus e nem para os equipamentos de cozinha que utilizam”, afirma.”*

E, ainda, o periódico Iguatemi Agora publicou em 16/02/13, matéria intitulada “Possível confronto entre fazendeiros e índios faz prefeitos de MS pedirem ajuda a Brasília”, como se segue:

*“A região Sul de MS faz fronteira com o Paraguai e é cenário constante de conflitos entre indígenas da etnia Guarani Kaiowá e fazendeiros.*

*Os prefeitos da região Sul do Estado encaminharam documento pedindo ajuda do presidente da Câmara, do Senado e da Presidente da República para resolver a questão da demarcação de terras indígenas. O apelo tem como foco o clima de ‘extrema tensão’ que pode resultar em conflito armado entre brancos e índios. Entidade de classe de Estado vizinho denuncia que o impasse está ocasionando invasões desenfreadas, possivelmente comandadas por Ongs com interesses ‘escusos’.*

*Representantes das cidades de Iguatemi, Eldorado, Mundo Novo, Japorã, Itaquiraí, Naviraí, Amambai, Tucuru, Sete Quedas, Paranhos, Coronel Sapucaia, Juti e Aral Moreira ‘suplicam’ ao Governo Federal, o apoio na resolução das demarcações. Para eles, a forma não transparente como vem sendo conduzido o processo de demarcação, têm colocado os cerca de 214 mil habitantes da região sul em clima de insegurança, provocando ‘um ambiente de resultado imprevisível’.*

*“Antes de ser fazendeiro ou índio, somos todos brasileiros. A gente tem medo do que pode acontecer. É perigoso, complicado e precisamos da ajuda dos nossos paramentares e representantes para encontrar uma saída. A gente tem muito medo do que pode acontecer. Precisamos definir porque esse é um problema sério em 26 municípios do nosso Estado”, declarou o prefeito de Iguatemi, José Roberto Arcovide.*

*A região Sul de MS faz fronteira com o Paraguai e é cenário constante de conflitos entre indígenas da etnia Guarani Kaiowá e fazendeiros. De um lado os índios querem a confirmação da homologação das terras e de outros os latifundiários exigem, no mínimo, o resarcimento pelas terras desapropriadas e não somente o pagamento pelas benfeitorias.*

*Segundo documento, redigido no último dia 5 de fevereiro de 2013 na cidade de Iguatemi - distante a 466 km de Campo Grande, a situação entre fazendeiros e índios teria se agravado com a publicação no Diário Oficial da União, em janeiro de 2013, do Resumo de Relatório Circunstaciado de Identificação e Delimitação da terra indígena Iguatemipeguá I.*

*Segundo o estudo, conduzido pela antropóloga Alexandra Barbosa da Silva, o espaço territorial à margem esquerda do rio Iguatemi está reconhecido como*

*terra indígena tradicional Guarani Kaiowá, das famílias kaiowa dos tekoha Pyelito e Mbarakay. São 1.793 índios que vão ocupar a área de 46 fazendas, pertencentes a produtores da região há cerca de 40 anos, que segundo o estudo, ‘são os responsáveis pela exclusão territorial indígena e degradação ambiental’. A publicação é o primeiro passo para a homologação da terra indígena. Os produtores rurais têm 90 dias para questionar o estudo ou parte dele.*

#### *Produtores rurais*

*O documento assinado pelos prefeitos pede ‘Justiça’, pois acredita que as ações para as demarcações não tem razoabilidade e destroem regiões consolidadas pelo trabalho, sem indenizar os produtores.*

*A CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) do Senado chegou a provar uma emenda ao orçamento da União para 2013, que destina R\$ 100 milhões para indenização de propriedades desapropriadas para abrigar terras indígenas. Entretanto, não basta reservar o dinheiro, é preciso uma emenda constitucional para permitir o pagamento pela terra e essa é uma nova batalha dos produtores e entidades de classe, junto ao legislativo.*

*Ainda assim, o pagamento resolveria os conflitos iminentes a curto prazo, uma vez que muitos produtores não aceitam a ideia de deixar sua terras, mesmo sendo indenizados pela terra e pelas benfeitorias.*

*Para o prefeito de Iguatemi, as tentativas de inclusão junto aos povos indígenas têm sido falhas. O documento cita que as terras demarcadas estão há décadas abandonadas de infraestrutura e tecnologia, favorecendo o crescimento de bolsões de misérias, criados por políticas desastrosas.*

#### *Conflito*

*Na cidade de Paranhos - distante a 477 km de Campo Grande, terras na região do Arroyo Corá haviam sido homologadas pelo governo Lula em 2009. No entanto, a homologação foi questionada na Justiça pelo dono da fazenda Iporã - uma das 15 que estão na área homologada de 7.175 hectares. Uma liminar suspendeu a homologação e a questão aguarda solução final, nas mãos do STF (Supremo Tribunal Federal).*

*Em 2012, a indefinição resultou em conflito armado entre índios e fazendeiros que culminou com a morte de um bebê e o desaparecimento do indígena Eduardo Pires, 50.*

#### *Divisa*

*Um documento elaborado no dia 4 de fevereiro, pelo presidente da Federação de Agricultura do Paraná, Ágide Meneguette, endereçado à presidente Dilma Rousseff, afirma que as invasões no sul de MS estão ultrapassando fronteiras.*

*Segundo Meneguette, uma invasão teria iniciado em agosto de 2012, na divisa com Mato Grosso do Sul, com o fechamento da ponte Ayrton Sena, entre Guairá (PR) e Mundo Novo (MS). Ele conta que cerca de 1.300 índios teriam vindo clandestinamente do Paraguai e de outros Estados, sob argumento da Funai (Fundação Nacional do Índio) de são territórios históricos de ocupação indígena.*

*Na avaliação do presidente da federação paranaense, a solicitação feita pelos índios é descabida e conta com apoio da Funai, ‘gerando situação de confronto que pode ser explosiva’.*

*“Produtores rurais e suas famílias estão sendo ameaçados pelos invasores e com a interveniência do órgão federal, criou-se um clima de insegurança jurídica e medo de violência”, diz trecho do documento.*

*Meneguetti denuncia que o ‘deslocamento’ estaria sendo incentivado por Ongs com interesses escusos, as quais estariam recrutando cidadãos paraguaios para se passarem por índios, atraídos pelas benesses do Governo brasileiro, como a distribuição de cestas básicas. Além disso, alguns desses paraguaios estariam sendo reunidos para trabalhar no narcotráfico e tráfico de armas.*

*No documento encaminhado à Presidente Dilma, Meneguette pede a retirada dos índios e afastamento de funcionários da Funai, destacamento da Polícia Federal para coibir a entrada ilícita de índios paraguaios e de outros Estados, a conversão*

*em ato normativo do acórdão que discutiu a demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol e o estabelecimento de uma nova política indigenista. Índios*

*Dados do Cimi (Conselho Missionário Indigenista) revelam que entre 2003 e 2010, mais de 250 índios morreram assassinados. Contudo, não há confirmação de que as mortes tenham relação direta com o conflito agrário.*

*Relatório do Dsei/MS (Distrito Sanitário Especial Indígena de Mato Grosso do Sul) apontam que entre 2000 e 2011 foram registrados 555 suicídios entre jovens kaiwá-guarani (com idade entre 15 e 29 anos).*

*Estudiosos garantem que os suicídios dos Guarani Kaiowá vêm acontecendo em diversas comunidades dessa região e que a decisão extrema de acabar com a própria vida tem relação direta com a falta de perspectiva e a frustração com problemas cotidianos, que se confundem com a morosidade do problema fundiário.*

*A reportagem entrou em contato com a Funai em Ponta Porã - distante a 346 km de Campo Grande, para obter dados atualizados das taxas de mortalidade na região do Conesul, mas não obteve resposta até o fechamento desta edição.”*

Nestes termos as informações que ora requeremos são de fundamental importância ao esclarecimento dos atos e fatos e no cumprimento de nossas atribuições constitucionais.

Sala das Sessões, em \_\_\_\_\_ de fevereiro de 2013.

**REINALDO AZAMBUJA**  
**Deputado Federal**  
**PSDB/MS**